



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 18/2018

**-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM CINCO DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----**

-----Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD, e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Dr. Eusébio Lourenço Ferreira.-----

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

**I.-PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----**

----O Senhor Presidente informou que recebeu uma delegação de Sapadores Florestais Chilenos que visitaram Mortágua para tomar conhecimento da realidade do Concelho no âmbito da valorização, proteção e defesa da floresta contra incêndios:-----

----Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram dois requerimento que a seguir se transcrevem:-----

----“**REQUERIMENTO:**-----

----*Tendo presente a alteração ocorrida nos preços e escalões de consumo de água distribuída para consumo domiciliário no Concelho de Mortágua no passado mês de Julho, resultado de uma alteração contratual promovida pela concessionária Águas do Planalto e*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

*pelos Municípios de Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão, Tábua e Tondela com base num estudo elaborado a pedido destes organismos.-----*

*-----Tendo também presente que os vereadores do Partido Socialista solicitaram verbalmente ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Mortágua na reunião de Câmara em que a alteração lhes foi apresentada e posteriormente na reunião de 01/08/2018 a disponibilização do referido estudo, sem que até à presente data o mesmo lhes tenha sido disponibilizado.-----*

*-----Vêm os vereadores do Partido Socialista formalmente requerer a V. Ex.ª nos termos da alínea u) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, bem como ao abrigo do disposto no art.º 4º do Decreto-Lei nº 24 /98 de 26 de Maio, que se digne a disponibilizar o estudo elaborado que sustentou a alteração de preços e escalões de consumo de água pela concessionária Águas do Planalto.-----*

*-----Mortágua, 03 de Setembro de 2018. Os Vereadores do Partido Socialista".-----*

*----- "REQUERIMENTO:-----*

*-----Tendo presente que o incêndio do passado dia 15 de Outubro de 2017 provocou avultados danos e prejuízos no Concelho de Mortágua a particulares, empresas e em infraestruturas públicas, obrigando o Município e restantes entidades a um esforço hercúleo para minimizar o impacto da ocorrência, reconstruir vidas e seguirmos em frente.-----*

*-----Tendo presente os factos recentemente vindos a público relativos à forma como algumas entidades conduziram o processo de apoio e reconstrução, e por forma a salvaguardar a imagem da Câmara Municipal de Mortágua e distanciá-la de tais realidades, disponibilizando a todos os eleitos, elementos e argumentos para o efeito.-----*

*-----Vêm os vereadores do Partido Socialista formalmente requerer a V.Ex.ª nos termos da alínea u) do nº 1 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, bem como ao abrigo do disposto no art.º 4º do Decreto-Lei nº 24 /98 de 26 de Maio, que se digne a disponibilizar para análise e posterior apreciação em reunião de Câmara um relatório exaustivo da atividade desenvolvida pelo Município de Mortágua desde 15 de Outubro de 2017 até à presente data, caracterizando aos apoios materiais e financeiros disponibilizados às vítimas*



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

*do incêndio, o ponto de situação das candidaturas de apoio apresentadas à CCDRC coordenadas pelo Município, bem como o cronograma físico e financeiro para a conclusão deste processo.*-----

*----Solicitam também a V.Ex.ª que o mesmo relatório abranja o ponto de situação das infraestruturas municipais danificadas ou destruídas pelo incêndio, medidas de recuperação e reconstrução já executas e em execução com respetivos custos e orçamentos, bem como possíveis comparticipações financeiras obtidas para o efeito.*-----

*----Mortágua, 03 de Setembro de 2018. Os Vereadores do Partido Socialista".*-----

*----O Senhor Presidente informou que tem prestado nas reuniões de Câmara informações e esclarecimentos sobre o ponto da situação dos assuntos em questão e que os documentos requeridos serão disponibilizados após a atualização dos mesmo pelos serviços.*-----

### **II.-PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

#### **1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 16/08/2018:**-----

*----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 16/08/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.*-----

*----Conforme dispõe o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo não participou na votação o Vereador Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques uma vez que não esteve presente na Reunião.*-----

#### **2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:**-----

*----O Senhor Presidente informou do teor do seu despacho n.º 8/2018, de 22 de agosto de 2018, através do qual procedeu à redistribuição de coordenação das áreas de atividade e funções/pelouros e de delegação e subdelegação de competências nos Vereadores em regime de tempo inteiro.*-----

*----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deu também conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores, geradoras de receitas e custos.*-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 167, referente ao dia 04/09/2018, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **4.-EXPEDIENTE:**-----

#### **4.1.- I ENCONTRO DE NEGÓCIOS LUSO LUXEMBURGUÊS – ACIBA:**-----

-----Foi presente um e-mail, datado de 20/08/2018, do Vice-Presidente da ACIBA – Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Agueira, através do qual agradece todo o apoio e disponibilidade da Câmara na participação daquela Associação no I Encontro de Negócios Luso Luxemburguês e que foi fundamental para o funcionamento daquela atividade, e foi também crucial para que possam organizar um evento com a dimensão que se observou.-

-----Aquele Encontro teve uma projeção além fronteiras, transmitido online através do Facebook e chegou a ter 12.000 visualizações ao mesmo tempo. Juntou diversas entidades relevantes para o desenvolvimento do país em torno do debate que visa apoiar mais e melhor as empresas da nossa região, em qualquer setor, a promover e desenvolver os seus negócios. Tendo sido uma ação que prestigia o Município, a ACIBA e acima de tudo Mortágua.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:**-----

#### **5.1.-SERVIÇOS DE APOIO FAMÍLIA E AÇÃO SOCIAL ESCOLAR (ASE):**-----

##### **5.1.1.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a execução dos Serviços de Apoio à Família no Ensino Pré-Escolar (Fornecimento de Refeições e Prolongamento de Horário):**-----

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 16/08/2018 pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar com a Santa Casa de Mortágua e que tem como objetivo execução dos serviços de apoio à família (prolongamento de horário e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

fornecimento de refeições) das cento e trinta e quatro (134) crianças que irão frequentam o Pré-Escolar público no ano letivo de 2018/2019, que se desenvolvem nas instalações do Centro Educativo.-----

-----Considerando que da informação vinculativa da Autoridade Tributária remetida a coberto do ofício referência 143/2017, de 11/07/2017, da Santa Casa da Misericórdia resulta acerca da aplicabilidade do IVA sobre as refeições escolares fornecidas e prolongamento de horário a coberto de protocolos celebrados entre os Municípios e instituições locais que as entidades protocoladas com os municípios não podem, beneficiar da isenção de IVA, estabelecida pela norma da alínea 9) do artigo 9º. do CIVA, sendo tributadas à taxa normal do imposto.-----

-----Assim a Câmara irá:-----

-----Compaticipar no custo das atividades de apoio à família, transferindo o mesmo valor do Acordo celebrado entre os Ministérios da Educação e da Solidariedade e da Segurança Social e o Município de trinta euros e noventa e nove centimos (30,99 €), acrescido de IVA a vinte e três por cento (23%,) por criança e por mês, pelos serviços da Componente de Prolongamento de Horário das cento e trinta e quatro (134) crianças inscritas no Ensino Pré-Primário.-----

-----Compaticipar com dois euros (2,00 €), acrescido de IVA a treze por cento (13%), cada refeição das cento e trinta e quatro (134) crianças inscritas no Ensino Pré-Primário, podendo este número sofrer alteração, durante o ano letivo;-----

-----O encargo referido envolve despesa em anos económicos diferentes que ficará condicionada à autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais da Assembleia Municipal.-----

-----Tendo por base o número total de crianças inscritos a despesa estima-se em quarenta e cinco mil novecentos e sessenta e nove euros e noventa e cinco centimos (45.969,95 €) para o prolongamento de horário e em cinquenta mil quinhentos e setenta e quatro euros e vinte e oito centimos (50 574,28 €) para o fornecimento de refeição, podendo haver oscilação para menos uma vez que despesa a pagar é a resultante da frequência efetiva diária das crianças nos serviços de apoio à família (Prolongamento de horário e fornecimento de refeição) durante os



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

cento e sessenta e sete (167) dias de atividade letiva, repartindo-se os encargos do seguinte modo:-----

-----a) Prolongamento de Horário:-----

-----Ano de 2018 – quinze mil trezentos e vinte e três euros e trinta e dois cêntimos (15.323,32€);-----

-----Ano de 2019 – trinta mil seiscentos e quarenta e seis euros e sessenta e três cêntimos (30.646,63 €);-----

-----b) Fornecimento de refeição: -----

-----Ano de 2018 – dezanove mil trezentos e oitenta e um euros e setenta e seis cêntimos (19.381,76 €);-----

-----Ano de 2019 – trinta e um mil cento e noventa e dois euros e cinquenta e dois cêntimos (31.192,52 €).-----

-----A presente despesa foi objeto de cabimento no orçamento municipal sob os números 20906/2018 e 20904/2018 do corrente ano e lançado o compromisso sob os números 21734/2018 e 21731/2018, estando inscrito no orçamento o compromisso a assumir para o próximo ano.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar a presente minuta de Protocolo e submetê-la à Assembleia Municipal para aprovação, na sessão ordinária de setembro corrente, da respetiva autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais, conforme dispõe alínea c) do número 1 do artigo 6º. da Lei nº. 8/2012.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Protocolo e submetê-la à Assembleia Municipal para aprovação da autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais.-----

-----Nos termos do nº. 4, do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo os Senhores Vereadores Nelson António Rodrigues Filipe e Dr. Eusébio Lourenço Ferreira ausentaram-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que fazem parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **5.1.2.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para a execução do Fornecimento de Refeição ao 1º. CEB:-----**

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 16/08/2018 pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e que tem como objetivo o fornecimento de refeições às duzentos e trinta (230) crianças que irão frequentar, no ano letivo de 2018/2019, o 1º. CEB, nas instalações do Centro Educativo.-----

-----Considerando que da informação vinculativa da Autoridade Tributária remetida a coberto do ofício referência 143/2017, de 11/07/2017, da Santa Casa da Misericórdia resulta acerca da aplicabilidade do IVA sobre as refeições escolares fornecidas a coberto de protocolos celebrados entre os Municípios e instituições locais que as entidades protocoladas com os municípios não podem, beneficiar da isenção de IVA, estabelecida pela norma da alínea 9) do artigo 9º. do CIVA, sendo tributadas à taxa normal do imposto.-----

-----Assim, a Câmara irá:-----

-----Comparticipar em dois euros (2,00 €), acrescido de IVA à taxa de treze por cento (13%), por refeição das duzentas e trinta (230) crianças matriculadas no 1º. CEB, podendo este número sofrer alteração.-----

-----O encargo referido envolve despesa em anos económicos diferentes que ficará condicionada à autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais da Assembleia Municipal.-----

-----Tendo por base o número total de crianças inscritos a despesa estima-se em oitenta e seis mil oitocentos e seis e euros e sessenta centimos (86.806,60 €), podendo haver oscilação para menos uma vez que despesa a pagar é a resultante das refeições efetivamente servidas diariamente às crianças durante os cento e sessenta e sete (167) dias de atividade letiva, repartindo-se os encargos do seguinte modo:-----

-----Ano de 2018 – trinta e três mil duzentos e sessenta e sete euros e vinte centimos (33.267,20 €);-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Ano de 2019 – cinquenta e três mil quinhentos e trinta e nove euros e quarenta cêntimos (53.539,40 €).-----

-----Por informação da contabilidade a presente despesa foi objeto de cabimento no orçamento municipal sob o número 20903/2018 do corrente ano e lançado o compromisso sob o número 21732/2018, estando inscrito no orçamento o compromisso a assumir para o próximo ano.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar a presente minuta de Protocolo e submete-la à Assembleia Municipal para aprovação, na sessão ordinária de setembro corrente, da respetiva autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais, conforme dispõe alínea c), do número 1, do artigo 6º. da Lei número 8/2012.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar a Minuta de Protocolo e submetê-la Assembleia Municipal para aprovação da autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianual.-----

-----Nos termos do nº. 4, do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo os Senhores Vereadores Nelson António Rodrigues Filipe e Dr. Eusébio Lourenço Ferreira ausentaram-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que fazem parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

### **5.2. -TRANSPORTES ESCOLARES:-----**

#### **5.2.1.-Protocolo a celebrar com a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua para o Transporte de alunos :-----**

-----No seguimento da deliberação tomada na reunião de Câmara de 16/08/2018 pelo Senhor Presidente foi presente o Protocolo de Cooperação a celebrar entre o Município e a Santa Casa da Misericórdia de Mortágua e que tem por objeto a prestação por parte da Santa Casa da Misericórdia de Mortágua, de serviços de transporte para o Centro Educativo de Mortágua de vinte e cinco (25) crianças, de várias povoações das Freguesias de Espinho, Pala e Sobral, que frequentam o Ensino Pré – Primário, o 1º. Ciclo do Ensino Básico, o 2º. Ciclo do Ensino Básico no ano letivo de 2018/2019.-----

-----Considerando que da informação vinculativa da Autoridade Tributária remetida a coberto





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

do ofício referência 143/2017, de 11/07/2017, da Santa Casa da Misericórdia resulta acerca da aplicabilidade do IVA sobre a realização de transportes escolares a coberto de protocolos celebrados entre os Municípios e instituições locais que as entidades protocoladas com os municípios não podem, beneficiar da isenção de IVA, estabelecida pela norma da alínea 9) do artigo 9º. do CIVA, sendo tributadas à taxa normal do imposto.-----

-----Considerando que durante os cento e noventa cento e sessenta e sete (167) dias de calendário letivo, são feitos cento e quarenta e sete (147) quilómetros, por dia, totalizando vinte e quatro mil quinhentos e quarenta e nove (24.549) quilómetros, por ano, o Município irá compartilhar os custos do transporte com noventa e oito centimos (0,98€) por quilómetro, acrescido de IVA a vinte e três por cento (23%), o que perfaz o montante de vinte e nove mil quinhentos e noventa e um euros e trinta e seis centimos (29.591,36 €), a transferir em dez mensalidades.-----

-----O encargo acima referido envolve despesa em anos económicos diferentes de acordo com a seguinte repartição, que ficará condicionada à autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais da Assembleia Municipal:-----

-----Ano de 2018 – onze mil trezentos e quarenta euros e quarenta centimos (11.340,40 €).-----

-----Ano de 2019 – dezoito mil duzentos e cinquenta euros e noventa e seis centimos (18.250,96 €).-----

-----Por informação da contabilidade a presente despesa foi objeto de cabimento no orçamento municipal sob o n.º20905/2018 do corrente ano e lançado o compromisso sob o n.º. 21733/2018 estando inscrito no orçamento o compromisso a assumir para o próximo ano.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere aprovar a presente minuta de Protocolo e submete-la à Assembleia Municipal para aprovação, na sessão ordinária de setembro, da autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais, conforme dispõe alínea c), do número 1, do artigo 6º. da Lei n.º. 8/2012.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou, por unanimidade, aprovar a minuta do Protocolo e submetê-la à Assembleia Municipal para aprovação, na sessão ordinária de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

setembro, da autorização prévia favorável de assunção de compromissos plurianuais.-----

-----Nos termos do nº. 4, do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo os Senhores Vereadores Nelson António Rodrigues Filipe e Dr. Eusébio Lourenço Ferreira ausentaram-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que fazem parte dos Órgãos Sociais da Instituição.----

### **5.3.-JUVENTUDE:-----**

#### **5.3.1.- Apoio Natalidade e Famílias:-----**

##### **5.3.1.1.- Ratificação do processo nº. 24 de 2018:-----**

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº.24/2018 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entrou nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

-----A Câmara por unanimidade ratificou a decisão tomada pelo Senhor Presidente.-----

##### **5.3.1.2.-Indeferimento do processo nº. 19/2018:-----**

-----No seguimento da notificação efetuada a Yuliia Kupchanku através do ofício referência número 1865, de 24/07/2018, da decisão aprovado na Reunião de Câmara de 18/07/2018, relativamente ao projeto de indeferimento do processo nº. 19/2018 de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família, por não cumprir a alínea a) e a alínea f) do nº.1 do artigo 4º do Regulamento, ou seja o pedido não está instruído com a declaração da Junta de Freguesia que comprove o recenseamento dos requerentes, e o cartão de cidadão, o Senhor Presidente informou que nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 122º. do Código do Procedimento Administrativo, terminou o prazo para se pronunciar sem que esta nada dissesse.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade converter em definitivo a decisão de indeferimento do processo nº. 19/2018 de Incentivo à Natalidade e Apoio à Família por não cumprir a alínea a) e a alínea f) do nº.1 do artigo 4º do



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Regulamento, ou seja ou seja o pedido não está instruído com a declaração da Junta de Freguesia que comprove o recenseamento dos requerentes, e o cartão de cidadão.-----

### **6.-CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:**-----

#### **6.1.-ATIVIDADES/INVESTIMENTOS DAS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:**-----

##### **6.1.1.- Filarmónica de Mortágua – Apoio deslocação ao Luxemburgo:**-----

-----O Senhor Presidente informou que recebeu a Direção da Filarmónica de Mortágua que deu conhecimento no âmbito da geminação de Mortágua com vila de Wormeldange no Luxemburgo foi convidada para participar no Cortejo da festa tradicional da uva e do Vinho em de Grevenmacher, a realizar nos dias 7 a 9 de setembro próximo.-----

-----No entanto sendo as despesas da estadia por conta da organização tem aquela Associação de suportar os custos com a deslocação dos elementos da Banda, bem como dos respetivos instrumentos, sendo no entanto o valor da mesma demasiado elevado para tesouraria daquela Instituição.-----

-----Assim, o Senhor Presidente considerando a natureza da deslocação propôs que, por forma apoiar as despesas inerentes à mesma, a Câmara atribuisse um subsídio no montante de quatro mil euros (4.000,00 €), sendo três mil euros (3.000,00 €) para as despesas da deslocação dos elementos da banda e mil euros (1.000,00 €) para as despesas de transporte dos instrumentos da banda.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para assunção da despesa que se encontra inscrita nas Opções do Plano no Objetivo 02, Programa 003, Projeto 2018/5040 “Atividades Culturais, Desportivas e Recreativas” e no orçamento municipal na rubrica 040701 – Instituições sem fins lucrativos, (despesas correntes).-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio proposto, a transferir mediante Protocolo a celebrar conforme dispõe o artigo 4º. do Regulamento de Apoio a Entidades Terceiras.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **6.1.2.- Sporting Clube de Vale de Ações – Apoio época de 2018/2019:-----**

-----O Senhor Presidente informou que recebeu a Direção Sporting Clube de Vale de Ações no âmbito do início das atividades desportivas do referentes à época de 2018/2019, e que teve por objeto a análise do valor da atribuição do subsídio anual para fazer face às despesas inerentes à participação no campeonato da Divisão de Honra de Viseu da sua equipe sénior e no campeonato distrital das suas três equipas das camadas jovens, uma sénior e uma de veteranos, num total de cento e vinte (120) atletas.-----

-----Assim, considerando que:-----

-----O Sporting Clube de Vale de Ações desempenha relevante papel na formação pessoal, cívica e desportiva dos jovens do concelho, contribuindo para uma melhor qualidade das vidas e do seu bem-estar;-----

-----Promove e fomenta a prática desportiva em geral e o futebol de forma especial;-----

-----A equipa sénior desempenha um papel importante na divulgação do nome de Mortágua e na ligação com a comunidade emigrante espalhada pelos diversos Países da Europa.-----

-----O Senhor Presidente, no prosseguimento da política definida pela Autarquia para o apoio ao desenvolvimento desportivo, e tendo em consideração o papel relevante desempenhado por esta Associação Local, nomeadamente na formação e ocupação de um grande número de diversos escalões etários e considerando ainda de que esta Coletividade enveredou pelo amadorismo, e que pedido se enquadra na alínea c), do número 1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição no corrente ano do subsídio no valor de vinte e três mil cento e onze euros e oito cêntimos (23.111,08 €) nos termos do Protocolo a celebrar, e a transferir metade após a assinatura do Protocolo e o remanescente no início do mês de novembro.-----

-----Depois, de apreciado o assunto, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701-- Instituições sem fins



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

lucrativos, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----Nos termos do nº. 4, do artigo 31º. do Código do Procedimento Administrativo o Senhor Vereador Ricardo Sérgio Pardal Marques ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que fazem parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

### **6.1.3.-Mortágua Futebol Clube – Apoio época de 2018/2109:-----**

-----O Senhor Presidente informou que recebeu a Direção Mortágua Futebol Clube no âmbito do início das atividades desportivas do referentes à época de 2018/2019, e que teve por objeto a análise do valor da atribuição do subsídio anual para fazer face às despesas inerentes à participação no campeonato da Divisão de Honra de Viseu da sua equipe sénior e no campeonato distrital das suas equipas de Juniores, Juvenis, Sub 11, Sub 10 e Escolinhas.-----

-----Assim, considerando que:-----

-----O Mortágua Futebol Clube desempenha relevante papel na formação pessoal, cívica e desportiva dos jovens do concelho, contribuindo com uma grande fatia para uma melhor qualidade das vidas e do seu bem-estar;-----

-----Promove e fomenta a prática desportiva em geral e o futebol de forma especial;-----

-----A equipa sénior desempenha um papel importante na divulgação do nome de Mortágua e na ligação com a comunidade emigrante espalhada pelos diversos Países da Europa.-----

-----O Senhor Presidente, no prosseguimento da política definida pela Autarquia para o apoio ao desenvolvimento desportivo, e tendo em consideração o papel relevante desempenhado por esta Associação Local, nomeadamente na formação e ocupação de um grande número de diversos escalões etários e considerando ainda de que esta Coletividade enveredou pelo amadorismo, e que pedido se enquadra na alínea c), do nº.1, do artigo 3º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição no corrente



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ano do subsídio no valor de trinta e três mil trezentos e trinta e três euros e trinta e dois cêntimos (33.333.32 €), nos termos da minuta do Protocolo a celebrar e a transferir por duas vezes, metade após a assinatura do Protocolo e o remanescente no início do mês de novembro.-----

----- A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701- Instituições sem fins lucrativos, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – Atividades Culturais Desportivas e Recreativas, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

-----Nos termos do n.º 4, do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo o Senhor Vereador Nelson António Rodrigues Filipe ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir uma vez que faz parte dos Órgãos Sociais da Instituição.-----

### **7.-SANEAMENTO BÁSICO E SALUBRIDADE:**-----

#### **7.1.-REDES DE ESGOTOS E TRATAMENTO – Redes de Drenagem/Extensão/Remodelação:**-----

##### **7.1.1.-Empreitada de Execução da ETAR da Rede de Drenagem de Águas Residuais de Vila Pouca e da Rede de Drenagem de Águas Residuais de Mortazel – Gestor do Contrato:**-----

-----Considerando que:-----

----- Com as alterações introduzidas ao Código dos Contratos Públicos, a partir de 1 de janeiro de 2018, o contraente público fica obrigado a designar um gestor do contrato, cujas funções se encontram previstas no artigo 290.º-A.-----

-----Ao abrigo do referido diploma, o n.º 7 do artigo 96.º, são nulos os contratos em que não



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

conste a identificação do gestor do contrato.-----

-----Considerando que na Reunião de Câmara de 20/06/2018 foi adjudicada a empreitada de Execução da ETAR da Rede de Drenagem de Águas Residuais de Vila Pouca e da Rede de Drenagem de Águas Residuais de Mortazel, à firma SOCORPENA, Lda..-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 290.º - A do CCP atualizado, propôs que seja nomeado o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo: Eng.º Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade nomear gestor do contrato o Eng.º Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão.-----

### **9.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-**-----

#### **9.1.- EXPANSÃO DA ZONA INDUSTRIAL:-**-----

##### **9.1.1.-Alteração ao loteamento da 2ª. Fase do Plano de Pormenor para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira:-**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a alteração ao alvará de loteamento da 2ª. Fase do Plano de Pormenor para Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, cuja memória descritiva a seguir se transcreve:-----

-----“Alteração ao Alvará de Loteamento da 2ª fase do Plano de Pormenor de Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----

#### **-----MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA-----**

-----1º.-----

-----Objeto-----

-----A presente memória descritiva e justificativa refere-se à proposta de alteração ao alvará de loteamento da 2ª fase do Plano de Pormenor de Ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----

-----2º.-----

-----Enquadramento legal-----

-----A presente alteração possui com fundamento legal o regime jurídico da urbanização e da



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

edificação ( Dec. Lei 555/99, de 16/12, na sua atual redação dada pelo Dec. Lei 136/2014, de 9/9) nomeadamente artigos 7º, 27º, 41º e seguintes.-----

-----3º.-----

-----Fundamentação da alteração-----

-----A presente proposta de alteração ao alvará de loteamento tem como base a compra de um terreno por parte do município, o qual encontra-se inserido no Plano de Pormenor de Ampliação do Parque Industrial atrás designado e devidamente aprovado. Este terreno à data da aprovação do alvará de loteamento ainda não fazia parte do património do município.-----

-----Assim, há a necessidade de o incorporar no referido alvará, para posterior venda aos interessados através de hasta pública.-----

-----4º.-----

-----Descrição do terreno-----

-----O terreno em causa foi adquirido, por escritura pública, de 5 de Junho de 2017, a ABANCA CORPORACIÓN BANCÁRIA, SA, o qual encontra-se inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 16991, da União das freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça (previamente inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 7160 da extinta freguesia de Mortágua), com a área de 22.435m2 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 2843.-----

-----5º.-----

-----Proposta-----

-----Pretende-se assim a junção do presente terreno, designado por lote 12, ao alvará de loteamento da 2ª. Fase.-----

-----O lote 12 ficará a possuir as seguintes especificações, conforme planta síntese anexa.-----

-----Área total loteada: **22.435m2**;-----

-----Área do lote: 6.428m2;-----

-----Área para zona verde: 5.521m2;-----

-----Arruamento: 762m2;-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Taludes (zona não edificável: 9.724 m<sup>2</sup>);-----

-----Total: **22.435m<sup>2</sup>**.-----

-----Os parâmetros, quer de construção, de implantação e de afastamentos, quer qualquer outra especificação, mantêm-se os definidos no alvará inicial.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao loteamento.-----

### **8.1.2.-Aquisição de terreno:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Em reunião de Câmara de 2/04/2014 a Câmara Municipal concedeu poderes ao Presidente da Câmara para desenvolver as diligências necessárias com vista à aquisição das parcelas de terreno necessárias à execução das obras de ampliação do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, conforme Plano de Pormenor aprovado na sessão ordinária de 30/12/2010 da Assembleia Municipal de Mortágua e tornado público pelo Aviso 4620/2011, publicado no Diário da República 2<sup>a</sup>. Série, n.º. 32, de 15 de fevereiro.-----

-----Para possibilitar a obra de ampliação será necessário adquirir a Nelson Fernandes de Almeida uma área de 300 m<sup>2</sup>, do seu terreno com a área total de 6.000 m<sup>2</sup>, situado em Gontinho, na União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, Concelho de Mortágua, correspondente ao prédio rústico inscrito na matriz predial sob o artigo 16734, com as confrontações: Norte – Caminho; Sul — Joaquim Alves Rosa; Nascente – Arnaldo Ferreira Sacras; poente – Daniel Simões.-----

-----Tendo em vista a sua aquisição por via do direito privado que constitui a fase pré-expropriativa conforme se estabelece no artigo 11.º. do Código das Expropriações foi elaborado Relatório de Avaliação por Perito da Lista Oficial do Tribunal da Relação de Coimbra, aprovado em Reunião de Câmara de 05/11/2014, que estabeleceu o valor de um euro e cinquenta cêntimos (1,50 €) o metro quadrado.-----

-----A Câmara em reunião de 5/08/2015 deliberou, face ao valor metro quadrado pago (3,00€) pelos terrenos confinantes destinados ao mesmo fim, solicitar novo Relatório de Avaliação



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dos terrenos abrangidos pelo Plano de Pormenor ao Perito da Lista Oficial de Tribunal da Relação de Coimbra, tendo deste modo sido aprovado na Reunião de Câmara de 2/09/2015 novo Relatório de Avaliação dos Terrenos que integram a área do Plano de Pormenor.-----

-----Deste modo no seguimento da negociação efetuada com o proprietário acima identificado por via do direito privado em conformidade com o disposto no artigo 11º. do Código das Expropriações aprovado pelo Decreto- Lei nº. 168/99, de 18 de setembro, foi celebrado um acordo de compra e venda da referida parcela de terreno pelo valor de três euros ( 3,00€), o metro quadrado.-----

-----Assim, proponho que a Câmara, ao abrigo da alínea g) do nº. 1 do artigo 33º. da Lei das nº. 75/2013, de 12 de setembro, delibere adquirir ao proprietário Nelson Fernandes de Almeida área de 300,0 m2 do seu terreno identificado pelo valor de três euros (3,00€), o metro quadrado, perfazendo o valor total de novecentos euros (900,00 €).-----

-----Que o título da aquisição – escritura pública- seja outorgado junto do Notário, logo que se mostrem reunidas as condições jurídico administrativas necessárias.”-----

-----Mais informou que a aquisição de terrenos para a Ampliação do Parque Industrial se encontra inscrito nas GOP para 2018, no objetivo 08 – Desenvolvimento Económico, Programa 003- Expansão da Zona Industrial, Projeto 2014/25 Aquisição de Terrenos e cabimentado na rubrica orçamental 07 0101 – Aquisição de Terrenos, tendo sido efetuado o respetivo compromisso no orçamento com o número sequencial 21742/2018.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a aquisição de terreno.-----

### **10.-COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:**-----

#### **10.1.-REDE VIÁRIA MUNICIPAL:**-----

##### **10.1.1.-Empreitada de Execução da Rotunda do Barril – EN 234 – Gestor do Contrato:--**

-----Considerando que:-----

----- Com as alterações introduzidas ao Código dos Contratos Públicos, a partir de 1 de janeiro de 2018, o contraente público fica obrigado a designar um gestor do contrato, cujas funções se



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

encontram previstas no artigo 290.º-A.-----

-----Ao abrigo do referido diploma, o n.º 7 do artigo 96.º, são nulos os contratos em que não conste a identificação do gestor do contrato.-----

-----Considerando que na Reunião de Câmara de 20/06/2018 foi adjudicada a empreitada de Execução da Rotunda do Barril – EN 234, à firma Socitop, Lda.-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 290.º - A do CCP atualizado, propôs que seja nomeado o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo: Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade nomear o gestor do contrato o Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão.-----

### **10.1.2.-Empreitada para a “Beneficiação de Vias Rodoviárias na Freguesia de Pala” – Gestor do Contrato:-----**

-----Considerando que:-----

-----Com as alterações introduzidas ao Código dos Contratos Públicos, a partir de 1 de janeiro de 2018, o contraente público fica obrigado a designar um gestor do contrato, cujas funções se encontram previstas no artigo 290.º-A.-----

-----Ao abrigo do referido diploma, o n.º 7 do artigo 96.º, são nulos os contratos em que não conste a identificação do gestor do contrato.-----

-----Considerando que na Reunião de Câmara de 01/08/2018 foi adjudicada a empreitada de Execução da “Beneficiação de Vias Rodoviárias na Freguesia de Pala”, à firma Socitop - Unipessoal, Lda.-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 290.º - A do CCP atualizado, propôs que seja nomeado o gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo: Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade nomear o gestor do contrato o Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **11.-ADMINISTRAÇÃO:-----**

#### **11.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2018:-----**

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – quinze mil euros (15.000,00 €).-----

-----Anulação despesas de capital – zero euros ( 0,00 €);-----

-----Reforço despesas correntes – vinte e dois mil euros (22.000,00 €);-----

-----Anulação despesas correntes – trinta e sete mil euros (37.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

#### **11.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018:-----**

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de Financiamento definido – vinte e cinco mil euros (25.000,00 €);-----

----- Modificação de Financiamento não definido – cinco mil euros (5.000,00 €);-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou, por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **11.3.-LEI 50/2018, DE 16 DE AGOSTO DE 2018 – LEI –QUADRO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E PARA AS ENTIDADES INTERMUNICIPAIS:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o e:mail datado de 20/08/2018, da Associação Nacional de Municípios Portugueses, em que na sequência da publicação da lei quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais – Lei 59/2018, de 16 de agosto-, esclarece que, de acordo com o artigo 44º., a mesma só produz efeitos após a publicação dos diplomas setoriais.-----

-----Isto significa que o prazo previsto no nº. 2 da alínea a) do artigo 4º. (até 15 de setembro de 2018) não é eficaz antes da aprovação e publicação dos respetivos diplomas setoriais, não existindo presentemente qualquer matéria que possa ser objeto de deliberação dos órgãos das autarquias locais.-----

-----Foi também presente o ofício referência 69393, de 30/08/2018, do Senhor Ministro da Administração Interna em que informa também que conforme resulta do nº. 1 do artigo 4º., em conjugação com o nº. 1 do artigo 44º. Ambos da Lei –quadro, a transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação do respetivas recursos são concretizadas nos termos dos diplomas legais do âmbito setorial de cada uma das áreas a transferir.-----

-----Os respetivos diplomas encontram-se em processo legislativo e prevê-se a respetiva aprovação nas próximas semanas.-----

-----Assim, a adesão dos municípios às novas competências só se poderá efetivas após a publicação dos diplomas setoriais respetivos. Em respeito pelo princípio de gradualismo estabelecido na Lei, os municípios terão até 2021 para se prepararem para assumir novas competências.-----

-----As notícias vindas a público sobre deliberações de órgãos autárquicos relativamente à opção pelo não exercício de competências em 2019 são extemporâneas e destituídas de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

qualquer valor jurídico.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

### **11.4.-PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICAÇÃO DE ANÚNCIO NO JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA - ADJUDICAÇÃO DO FORNECIMENTO CONTÍNUO DE COMBUSTÍVEIS:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Relatório Final elaborado pelo júri do procedimento de concurso público com publicação de anúncio no jornal oficial da união europeia para adjudicação do fornecimento contínuo de combustíveis por cartão eletrónico, que a seguir se transcreve, ficando arquivado no respetivo processo de contratação publica, que foi desenvolvido nos termos do Código da Contratação Pública através da plataforma eletrónica sob o nº.10/2018, e no qual por unanimidade deliberou manter o teor e as conclusões do relatório preliminar e a ordenação das propostas para efeitos de adjudicação:-----

-----“RELATÓRIO FINAL-----

-----PROCESSO 10/2018-----

-----CONCURSO PÚBLICO-----

*Prestação de Serviços: - Aquisição de combustíveis rodoviários para o ano de 2018 e seguintes*

**Procedimento:** Concurso público nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 20º do CCP

**Composição do Júri:** Paulo Alexandre de Oliveira, na qualidade de presidente; Albano Tomaz da Fonseca Duarte e Manuel Jorge Gomes Nunes, como vogais efetivos.

**Abertura:** Deliberação de Câmara de 21 de Março de 2018

-----Terminado o prazo para os concorrentes se pronunciarem no uso do direito da audiência prévia, reuniu o Júri do procedimento para efeitos da elaboração do relatório final conforme determina o artigo 148º do Código da Contratação Pública.-----

-----O Júri refere o seguinte:-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----1º-----

-----A audiência prévia foi efetuada simultaneamente aos concorrentes através de notificação do relatório preliminar submetido na plataforma eletrónica utilizada pelo Município (SAPHETY GOV) pelas 11:10h do dia 23 de agosto de 2018, e terminou às 23:00h do dia 30 de Agosto de 2018 (processo 10/2018).-----

-----2º-----

-----No Relatório Preliminar elaborado, em 21 de agosto de 2018, o Júri tinha admitido os seguintes concorrentes:-----

-----Para gasolina 95 simples:-----

Concorrente	Desconto	Preço Ref. <sup>a</sup>	Valor c/desc.	Valor / 6.000 lit
Petrogal, SA	0,103€	1,353€	1,250€	7.500,00€
BP Portugal, SA	0,124€	1,365€	1,241€	7.446,00€

-----Para gasóleo:-----

Concorrente	Desconto	Preço Ref. <sup>a</sup>	Valor c/desc.	Valor /300.000 lit
Petrogal, SA	0,103€	1,165€	1,062€	318.600,00€
BP Portugal, SA	0,124€	1,178€	1,054€	316.200,00€

-----No mesmo relatório, o júri ordenou os concorrentes, para efeitos de adjudicação, da seguinte forma:-----

Ordem	Gasolina	Gasóleo	Total da proposta
1º- BP Portugal, SA	7.446,00€	316.200,00€	323.646,00€
2º- Petrogal, SA	7.500,00€	318.600,00€	326.100,00€



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----3º-----

-----Terminado o prazo da audiência prévia, não foram submetidas quaisquer reclamações ou observações por parte dos concorrentes.-----

-----Assim o Júri, por unanimidade, mantém a ordenação dos concorrentes mencionada no mapa acima descrito.-----

-----4º-----

-----De acordo com o nº 3 do artigo 148º do CCP o presente relatório, juntamente com os demais documentos que compõe o processo de concurso, vai ser enviado ao órgão executivo a quem compete decidir sobre a aprovação das propostas contidas no relatório, nomeadamente para efeitos de adjudicação.”-----

-----Encontrando-se a o processo em condições de ser proferida decisão final, e propondo deste modo o júri a adjudicação do procedimento mencionado em epigrafe à proposta apresentada pela empresa, BP Portugal, SA, que apresentou a proposta global mais vantajosa no valor de trezentos e vinte e três mil seiscientos e quarenta e seis euros (323.646,00 €), acrescido de IVA à taxa, e remetendo assim, nos termos do n.º4 do artigo 148.º do Código dos Contratos Públicos, para o Órgão Executivo o Relatório Final, juntamente com os demais documentos do processo, para a decisão de contratação, para aprovação das propostas contidas no relatório, nomeadamente para efeitos de adjudicação.-----

-----Nos termos do número 1, do artigo 94.º, do Código dos Contratos Públicos, o presente procedimento encontra-se sujeito a redação de contrato a escrito.-----

-----O presente procedimento não se encontra sujeito ao visto prévio do Tribunal de Contas.---

-----O Contrato durará por um período de 3 anos, salvo se antes deste período o Município consumir a totalidade dos litros, objeto do presente procedimento, ou se se atingir o valor adjudicado para o mesmo.-----

-----Atendendo a que a despesa do presente procedimento terá um encargo orçamental nos anos económicos de 2018, de 2019 de 2020 e 2021, a autorização da repartição de encargos prevista nos números 1, 2 e 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho,





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

necessita de autorização do Órgão Deliberativo, a qual foi dada pela Assembleia Municipal, na sua Sessão extraordinária de 28/03/2018.-----

-----De igual modo, e dada a publicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua atual redação, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromisso, e atendendo ao disposto na sua alínea c), do número 6, a autorização da assunção do compromisso plurianual, subjacente ao presente procedimento, foi também objeto da autorização, dada pela Assembleia Municipal, na mesma Sessão.-----

-----O cabimento foi efetuado em função da distribuição plurianual da realização da despesa na rubrica Orçamental 02 02010201 - “Gasolina” e 02 02010202 - “Gasóleo”, respetivamente sob os números 988/2018 e 987/2018 . -----

-----O competente compromisso foi efetuado respetivamente com os números 21737/2018 e 21735/2018, de acordo com o que se resume da repartição encargos do fornecimento para os anos de 2018, 2019, 2020, 2021, com IVA incluído:-----

-----**Gasolina:**-----

-----Ano de 2018 (4 meses) – mil e dezassete euros e sessenta e dois cêntimos (1.017,62 €);---

-----Ano de 2019 – três mil e cinquenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos (3.052,86 €);----

-----Ano de 2020 – três mil e cinquenta e dois euros e oitenta e seis cêntimos (3.052,86 €);----

-----Ano de 2021 (8 meses) - dois mil e trinta e cinco euros e vinte e quatro cêntimos (2.035,24 €).-----

-----**Gasóleo:**-----

-----Ano de 2018 (4 meses) – quarenta e três mil duzentos e catorze euros (43.214,00 €);-----

-----Ano de 2019 – cento e vinte e nove mil e seiscentos e quarenta e dois euros (129.642,00€);-----

----- Ano de 2020 – cento e vinte e nove mil e seiscentos e quarenta e dois euros (129.642,00€);-----

-----Ano de 2021 (8 meses) - oitenta e seis mil quatrocentos e vinte e oito euros (86.428,00€).- A -----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar:-----

-----1.-Relatório Final apresentado pelo júri, bem como com os demais documentos que compõe o processo de concurso.-----

-----2- Adjudicar o fornecimento dos combustíveis à BP Portugal pelo valor global de trezentos e noventa e oito mil e oitenta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos (398.084,58 €, com IVA incluído).-----

-----3 – A minuta de contrato, conforme dispõe o nº.1 do artigo 98º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto –Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto.-----

-----4-Nos termos do artigo 290.º - A do Código dos contratos Público alterado e republicado pelo Decreto –Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto, nomear como gestor do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução do mesmo: Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico.-----

-----A presente decisão deverá ser notificada em simultâneo a todos os concorrentes, conforme dispõe o nº.2 do artº. 77º. do Código dos Contratos Públicos, alterado e republicado pelo Decreto –Lei nº. 111-B/2017, de 31 de agosto, devendo o adjudicatário ser notificado para, no prazo de 10 dias apresentar os documentos de habilitação e comprovar a prestação da caução no valor de dezasseis mil cento e oitenta e dois euros e trinta cêntimos (16.182,30 €), nos termos do nº.1 do artigo 90º. do mesmo diploma legal.-----

### **11.-LOTEAMENTOS E OBRAS PARTICULARES:**-----

#### **11.1. LOTEAMENTO URBANO DOS LOBOS:**-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 02/2017/3, relativo à operação de loteamento denominado “Loteamento Urbanos dos Lobos” que Abraltino Barbosa de Moraes Lobo e Outros, residente na Rua Albano Moraes Lobo, nº.3, Mortágua, pretende levar a efeito no prédio rústico, situado entre a Rua Dr. João Lopes de Moraes e a Avenida Dr. José Assis e Santos, em Mortágua, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, inscrito na matriz predial sob o artigo 3964 da dita União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça e descrito na Conservatória do Registo



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Predial de Mortágua sob o n.º 1422.-----

-----Sobre o processo o Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território exarou, em 05/09/2018, a informação que se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, e que conclui:-----

-----*“A Autarquia tem demonstrado interesse em contribuir positivamente para a requalificação do Centro Histórico da Vila de Mortágua.*-----

-----*Nesse sentido, além da Requalificação do Largo do Município, já executado, pretende-se ainda proceder à criação de um espaço de acesso público que promova a transição entre duas vias estruturantes da Vila de Mortágua, isto é, entre a Av. Dr. José Assis e Santos e a Rua Dr. João Lopes de Moraes.*-----

-----*Para tal solicitou ao Consultor de Urbanismo Sr. Arquiteto Carlos Santos que em consonância com os proprietários do Terreno (Família Moraes Lobo), procedesse à elaboração de um estudo de loteamento urbano que criasse as condições pretendidas.*-----

-----*O processo é agora completado com os mapas de medições e orçamento, em anexo, com um custo global de 14.979,48 €.*-----

-----*A análise destes documentos permite concluir que uma vez que se tratam de intervenções em espaço público envolvente, a Autarquia, pelos seus próprios meios humanos, técnicos e de equipamentos, possui condições para proceder à execução de algumas ou da totalidade das intervenções constantes do :-----*

-----*item 1.1. estaleiro/trabalhos acessórios – 2.600,00 €.*-----

-----*item 1.2 demolições – 4.291,29 €.*-----

-----*item 1.3 pavimentos – 8.087, 20€.*-----

-----*Mediante contrato de urbanização ou protocolo a celebrar entre as partes interessadas e a ser elaborado pelos Serviços de Apoio Jurídico do Município.”*-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade remeter o assunto ao assessor jurídico para elaboração de contrato de urbanização.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

### **11.2.-PROCESSO Nº. 2/2018/1 – ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO COM O ALVARÁ Nº. 27/84 – ALTERAÇÃO DOS LOTES Nº.S 1 E 2:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº 02/2018/1, requerimento 02/2018/308, de alteração aos lotes nº.s 1 e 2 , do alvará de loteamento nº. 27/86, sito na Rua do Bairro Novo, Barril, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, requerida pelo seu proprietário Manuel Nogueira, residente na Rua Vale de Cortiços, Bairro Novo, Barril, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, conforme memória descritiva e planta síntese constante no processo, e que se dão aqui por integralmente reproduzidos.-----

-----Tendo o Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território emitido, em 21/08/2018, o seguinte parecer técnico:-----

-----“A análise do processo e bem ainda da informação dos:-----

-----*Serviços Administrativos Municipais (fl.25);-----*

-----*Consultor Arquitetura (fl.26);-----*

-----*Indicam o seguinte:-----*

-----*é dado cumprimento aos nº.s 1 ao 6 do artigo 27º. do RJUE;-----*

-----*deve ser emitido o “aditamento ao alvará de loteamento” nos termos do nº.7.-----*

-----*este aditamento ao alvará deve ser publicamente publicitado pela Câmara Municipal, nos termos do nº. 2 do artigo 78º.-----*

-----*Pelo exposto propõe-se o deferimento da pretensão.”.-----*

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, e tendo em consideração a informação do Chefe de Divisão deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao loteamento.-----

### **11.3.-PROCESSO Nº. 2/2018/2 – ALTERAÇÃO AO ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº. 25/84 – ALTERAÇÃO DO LOTE 4:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº 02/2018/2, reqº.01/2018/4354, de alteração ao lote nº.4, do Loteamento Urbano de Fernanda de Matos Condeixa, com o alvará de loteamento nº. 25/84, sito na Rua da Gandarada, Mortágua, na União de Freguesias de



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, requerida pelo seu proprietário Rui Manuel Neves, residente na Rua de St<sup>a</sup>. Cristina, n.º 4, Painçal, Espinho, Mortágua conforme memória descritiva e planta síntese constante no processo, e que se dão aqui por integralmente reproduzidos.-----

-----Tendo o Chefe de Divisão de Planeamento e Administração do Território emitido, em 2008/2018, o seguinte parecer técnico:-----

-----“A análise do processo e bem ainda da informação dos Serviços Administrativos Municipais indica o seguinte:-----

----- é dado cumprimento aos n.ºs 1 ao 6 do artigo 27.º do RJUE;-----

----- deve ser emitido o “aditamento ao alvará de loteamento” nos termos do n.º 7-----

-----este aditamento ao alvará deve ser publicamente publicitado pela Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º.-----

-----Pelo exposto propõe-se o deferimento da pretensão.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, e tendo em consideração a informação do Chefe de Divisão deliberou por unanimidade aprovar a alteração ao loteamento.-----

### **11.4.-PROCESSO 06/2018/4 DE DESTAQUE DE TERRENO:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 06/2018/4 em que é requerente José António Diogo – Construções, Unipessoal, Lda. residente na Rua da Capela, n.º 4, Póvoa, Carvalho, Penacova, através do qual veem requerer ao abrigo do artigo 6.º do Decreto – Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, alterado e republicado pelo Decreto – Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, a emissão de certidão destaque de parcela de terreno sito na Rua da Eira, no Barril União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, inscrito na matriz da referida freguesia sob o artigo 8 e registado na Conservatória da Freguesia de Mortágua sob o n.º 4810 .-----

-----O terreno tem a área de 1.698,00 m<sup>2</sup>, confronta de norte com António Mendes, de nascente com Rua da Eira e Maria Júlia Breda, de sul Barroca e Maria Júlia Breda, Poente com Rua do Jardim e Braulio Ferreira Gomes.-----



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A parcela a destacar com a área de 888 m2 confrontando de norte com António Mendes, de nascente com Rua da Eira, de sul José António Diogo – Soc.Unip, Lda. (parcela restante), Poente com Rua do Jardim.-----

-----A parcela restante com a área de 810,00 m2, confrontando de norte com José António Diogo – Soc. Unip, Lda. (parcela restante), de nascente com Rua da Eira e Maria Júlia Breda, de sul com Barroca e Maria Júlia Breda, Poente com Rua do Jardim e Braulio Ferreira Gomes.-----

-----Depois de apreciado o processo e respetivo parecer técnico favorável do Chefe de Divisão de Administração do Território, a Câmara deliberou por unanimidade emitir a certidão.-----

### **11.6.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA 2ª. PRORROGAÇÃO DE LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2016/193 – NOVO LICENCIAMENTO DO PROCESSO Nº. 01/2015/91 – CONSTRUÇÃO DE POSTO DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA CONSUMO PRÓPRIO:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2016/193, em nome do requerente Borpergás, Lda. com sede na Rua da Escola, em Vila Nova, Sobral, NIF, 506 718 417, referente à 2ª. prorrogação do licenciamento da construção de Posto de Abastecimento de Combustíveis, sito na Rua da Escola, Vila Nova, Sobral, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 04/07/2018, ao abrigo do da alínea a), nº.3, do artigo 71.º, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, e artigos 121.º e seguintes do CPA, foi notificado através do ofício referência 1733, de 12/07/2018, o requerente Borpergás, Lda. , para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do processo nº.01/2016/193 que deu origem à emissão do alvará de obras de construção nº.23/2017, cujo término ocorreu a 28/11/2017 (2ª. prorrogação), ao abrigo do disposto na alínea d) do nº. 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

(RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, uma vez que as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou na autorização ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará, nem se pronunciou no prazo concedido.-----

-----O Senhor Presidente da Câmara emitiu em 14/08/2018, o seguinte Despacho:-----

-----*“Tendo em consideração a informação datada de 14/08/2018, fls. 111, da qual se extrai que decorreu o prazo de dez dias para o requerente se pronunciar no âmbito da audiência prévia, sobre o projeto de decisão de intenção de declarar a caducidade do alvará n.º 23/2017, aprovado em Reunião de Câmara de 04/07/2018, sem que aquela tenha tomado qualquer posição a respeito, determino que o processo seja remetido à Câmara Municipal com a informação de que não foi exercido o direito de audiência prévia por parte da interessada, para que, no caso aquele órgão assim entenda, seja declarada a caducidade do alvará nos termos do disposto no art.º 71.º N.º 5 do Regime Jurídico da Urbanização – RJUE”*-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade em conformidade com o disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do RJUE, declarar, a título de decisão final, a caducidade do processo n.º 01/2016/193 que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 23/2017, cujo término ocorreu em 28/11/2017, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento à requerente e aos serviços de fiscalização.-----

### **11.7.-REQUERIMENTO 01/2018/4678 DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE TAXAS DO PROCESSO DE OBRAS N.º 01/2018/129:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o n.º 01/2018/4678, de Maria Isabel Martins Bento, residente na Rua do Alto da Serra, n.º 12, Almacia, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almacia a requerer nos termos da alínea d), do artigo 3.º, conjugado com o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 130/2017, de 9 de outubro de 2017, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de trezentos e



## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

cinquenta e quatro euros e oitenta cêntimos (354,80 €), do processo n.º 01/2018/129 – reconstrução de edifício de apoio agrícola que foi totalmente destruídas pelos incêndios ocorridos a 15 e 16 de outubro de 2017.-----

-----Trata-se da reconstrução do edifício de apoio agrícola, enquadrado na portaria 342-A/2017, de 9 de novembro, apoiada pelo Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – PDR 2020, nomeadamente na operação 6.2.2.- Restabelecimento do potencial produtivo – Anúncio n.º 9/2017.-----

-----De acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do artigo 16.º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão a Maria Isabel Martins Bento da isenção de pagamento da taxa de licenciamento no valor de trezentos e cinquenta e quatro euros e oitenta cêntimos (354,80 €), do processo n.º 01/2018/129 – reconstrução de edifício de apoio agrícola que foi totalmente destruídas pelos incêndios ocorridos a 15 e 16 de outubro de 2017.-----

### **11.8.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----**

#### **11.8.1.-Processo n.º 08/2017/04:-----**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 08/2017/04, referente ao prédio em mau estado de conservação, sita na Rua Dr. João Lopes de Moraes, 51, em Mortágua, propriedade de Jorge Manuel Gomes da Fonseca, com residência em Rua da Escola, 67 Vila Nova, 3450 – 346 Sobral, no seguimento da carta do proprietário recebida nos serviços em 14/08/2018, em que em síntese alude que:-----

-----Não se pronunciou relativamente ao ofício referência DAGF 845, de 12 de março de 2018, pelo seguinte motivo:-----

-----Desde a receção do mesmo tenho estado a contactar pessoas e empresas, para proceder à respetivo demolição do edifício, no prazo definido. No entanto, não obtive nenhuma resposta favorável à execução do serviço.-----





## CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A maior parte dos empreiteiros, alegam excesso de trabalho nesta altura, e para o prazo estipulado, só conseguiu uma proposta que se viu obrigado a recusar uma vez que somente podiam fazer a demolição na semana das tasquinhas e também a referida loja era nessa altura utilizada para uma atividade da Câmara.-----

-----Contudo por questões de segurança das pessoas que ali passam na referida rua retirou com a ajuda dos Bombeiros todo o material (telhas) que eventualmente poderiam oferecer perigo.--

-----Assim, solicita a prorrogação do prazo para proceder à demolição do edifício.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a prorrogação de noventa (90) dias para a execução da obra de demolição da edificação.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas.-----

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

*Rosa Maria Ferreira Breda* Secretário do Órgão e  
pelo Senhor Presidente.-----



## Câmara Municipal de Mortágua

Despacho : *A. C. ...*

*2078/29/01*

*[Signature]*

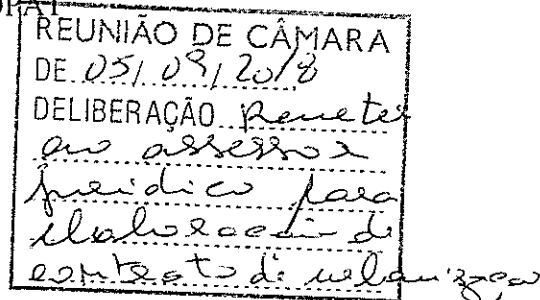
**De:** Divisão de Planeamento e Administração do Território - DPAT

**Para:** Sr. Presidente da Câmara

**Assunto:** Loteamento Urbano da família Lobo

**Local:** Vila de Mortágua

**Data:** 05-09-2018



### INFORMAÇÃO

Na sequência do reenvio deste processo para reanálise da DPAT, transcreve-se o último parecer técnico de 10.07.2018:

*Ao loteamento é aplicável a seguinte legislação:*

- *RJUE – Regime Jurídico da Urbanização e Edificação - DL 555/99 alterado pelo DL 136/2014 - artigos 41º ao 65º*
- *RMUET – Regulamento Municipal de Urbanização, da Edificação e Taxas – D.R. II série, n.º 64 de 1 de abril de 2009 (fl. 12599 a 12610) - artigos 41º ao 55º*
- *Portaria n.º 216-B/ 2008 de 3 de março e declaração de retificação n.º 24/2008.*

*Os quadros anexos indicam:*

- *Área a ceder gratuitamente à Câmara, destinadas a espaços verdes e a equipamentos de utilização coletiva, a integrar no domínio público municipal (artigo 52º RMUET)*
- *Área – 983,075 m<sup>2</sup>*
- *Cálculo de estacionamento:*
- *35 estacionamentos privados (5 estacionamentos para as 2 unidades moradias unifamiliares + 12 para as 8 unidades de habitação coletiva + 18 para as 3 unidades comerciais) havendo necessidade de criar estacionamentos subterrâneos especialmente nas zonas ocupadas pelos lotes 1,2 e 3*
- *3 estacionamentos públicos*

*[Signature]*



## Câmara Municipal de Mortágua

- *Há necessidade de reformular o estacionamento previsto neste estudo na zona Norte-Nascente, a partir dos antigos CTT, atualmente ocupado com as palas de proteção solar dos táxis*
- *Valor das Taxas pela realização, reforço e manutenção das infraestruturas urbanas – 1.415,07 € (ficha de calculo em anexo)*
- *Valor das Compensações em numerário – 5.545,37 € (ficha de cálculo em anexo)*
- *Se o prédio já estiver servido de infraestruturas ou não se justificar a localização de qualquer equipamento ou espaço verde públicos - n.º 4 do artigo 44º do RJUE e artigo 53º do RMUET, aplica-se a compensação em espécie (cedência de lotes, prédios urbanos, edificações ou prédios rústicos), prevista no artigo 54º do RMUET com a avaliação independente de terrenos ou imóveis a ceder ao Município através de 1 comissão de 3 elementos (2 nomeados pela CMM e 1 pelo promotor da operação urbanística)*

### **Em conclusão:**

- *Os valores das taxas e das compensações previstas no RMUET são os previamente calculados: 1.415,07 € + 5.545,37 € = 6.960,44 € ao que acrescem a emissão e publicitação do alvará (572,34 € + 116,85€)*
- *Este último valor, de 5.545,37 €, pode ser negociado com o Município como compensação em espécie (cedência de lotes, prédios urbanos, edificações ou prédios rústicos) prevista no n.º 4 do artigo 44º do RJUE e artigo 53º e 54º do RMUET*
- *A compensação em espécie, será acordada entre o interessado e a Câmara Municipal, tendo por referência o valor que seria estipulado através de processo de declaração de utilidade pública de expropriação, nos termos do n.º 3 do artigo 53º do RMUET*
- *A área de cedência proposta pelo promotor, de 733,31 m<sup>2</sup> é inferior à área de cedência gratuita de 983,075 m<sup>2</sup> que decorre do artigo 52º do RMUET pelo que o diferencial (983,075 m<sup>2</sup> – 733,31 = 249,765 m<sup>2</sup>) terá uma área de 249,765 m<sup>2</sup> em desfavor do Município.*
- *As infraestruturas envolvidas estão executadas, tendo de se realizar:*
- *A reorganização do estacionamento na Rua Dr. J. Assis e Santos e consequentemente a nova moldura de passeios na frente Norte do loteamento*
- *A pavimentação da via de acesso pedonal entre a Av. Dr. José Assis e Santos e a Rua Dr. João Lopes de Moraes*



## Câmara Municipal de Mortágua

- *Coloca-se a questão da **responsabilidade pela sua execução** (o Município ou o promotor?)*
- *O projeto apresentado está de acordo com as normas técnicas e urbanísticas em vigor, pelo que o processo está em condições de ser aprovado com os condicionalismos urbanísticos indicados neste parecer técnico.*

*Coloco o assunto à consideração superior sugerindo parecer jurídico prévio, da Dra. Lara Duarte Ramos.*

**A Autarquia tem demonstrado interesse em contribuir positivamente para a requalificação do Centro Histórico da Vila de Mortágua.**

Nesse sentido, além da Requalificação do Largo do Município, já executado, **pretende-se ainda proceder à criação de um espaço de acesso público que promova a transição entre duas vias estruturantes da Vila de Mortágua, isto é, entre a Av. Dr. José Assis e Santos e a Rua Dr. João Lopes de Moraes.**

Para tal, solicitou ao Consultor de Urbanismo Sr. Arquitecto Carlos Santos que em consonância com os proprietários do terreno (Família Moraes Lobo), procedesse à elaboração de um estudo de loteamento urbano que criasse as condições pretendidas.

O processo é agora completado com os mapas de medições e orçamento, em anexo., com um custo global de **14.979,48 €**.

A análise destes documentos permite concluir que uma vez que se tratam de **intervenções em espaço público envolvente**, a Autarquia, pelos seus próprios meios humanos, técnicos e de equipamentos, **possui condições para proceder à execução de algumas ou da totalidade das intervenções** constantes do:

- item 1.1. estaleiro /trabalhos acessórios – 2.600 €
- item 1.2. demolições – 4.291,29 €
- item 1.3. pavimentos – 8.087,2,

mediante contrato de urbanização ou protocolo a celebrar entre as partes interessadas e a ser elaborado pelos Serviços de Apoio Jurídico do Município.

Coloco o assunto à consideração superior.

**O Chefe de Divisão**

(Arnaldo Borges Ferreira)



ARQUITECTURA E  
URBANISMO LDA

LOTEAMENTO DOS  
LOBOS  
PROJECTO DE EXECUÇÃO

ORÇAMENTO  
MORTÁGUA  
AGOSTO 2018

## ORÇAMENTO

		UN	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	TOTAL CAP
<b>CAP. 1</b>	<b>ARRANJOS EXTERIORES</b>					<b>14 978,48 €</b>
<b>1.1</b>	<b>ESTALEIRO / TRABALHOS ACESSÓRIOS</b>					
1.1.1	Encargos relativos à montagem e desmontagem do estaleiro, de acordo com a legislação em vigor.	v.g.	1,00	1 200,00€	1 200,00€	
1.1.2	Adaptação do PSS à obra e implementação, manutenção do plano de segurança e higiene na obra, conforme Dec. Lei n.º 273/03 de 29 de Outubro.	v.g.	1,00	600,00€	600,00€	
1.1.3	Fornecimento, montagem e desmontagem de placa identificativa da obra, em PVC, 1,50m de altura e 1,10m de largura, fixa em suporte metálico afastado do chão cerca 1,20m, inscrições a fornecer pela fiscalização, incluindo todos os trabalhos necessários e complementares.	v.g.	1,00	250,00€	250,00€	
1.1.4	Ensaio de todas as instalações e equipamentos de todas as especialidades previstas em todos os projectos, incluindo instrução de pessoal.	v.g.	1,00	250,00€	250,00€	
1.1.5	Limpeza exaustiva da obra e das zonas circundantes, após a conclusão da obra, de modo a poder ter utilização imediata, pelo Dono de Obra.	v.g.	1,00	300,00€	300,00€	
<b>1.2</b>	<b>DEMOLIÇÕES</b>					
1.2.1	Remoção de cubos de granito existente (passeio e em parque de estacionamento), incluindo p/p de limpeza, armazenamento, remoção e carga manual de entulho para camião ou contentor, de acordo com as indicações do dono de obra.	m2	130,21	7,00€	911,47€	
1.2.2	Remoção de pavê de betão existente (passeio), incluindo p/p de limpeza, armazenamento, remoção e carga manual de entulho para camião ou contentor, de acordo com as indicações do dono de obra.	m2	112,60	6,00€	675,60€	
1.2.3	Remoção de lancis existentes, incluindo p/p de limpeza, armazenamento, remoção e carga manual de entulho para camião ou contentor, de acordo com as indicações do dono de obra.	m	108,44	3,00€	325,32€	
1.2.4	Remoção de portões existentes, incluindo p/p de limpeza, armazenamento, remoção e carga manual de entulho para camião ou contentor, de acordo com as indicações do dono de obra.	v.g.	1,00	200,00€	200,00€	
1.2.5	Demolição de muro existente com 1,5m de altura média e pilaretes, incluindo p/p de limpeza, armazenamento, remoção e carga manual de entulho para camião ou contentor, de acordo com as indicações do dono de obra.	m	52,63	30,00€	1 578,90€	
1.2.6	Remoção e recolocação de coberto existente, incluindo todos os acessórios e trabalhos necessários para a sua remoção e recolocação na fase final da obra.	v.g.	1,00	600,00€	600,00€	
<b>1.3</b>	<b>PAVIMENTOS</b>					
1.3.1	Fornecimento, espalhamento de uma camada de pó de pedra com 7cm de espessura para assentamento de pavê de betão, cubo de granito e cubo calcário branco.	m2	433,56	2,50 €	1 083,90€	
1.3.2	Fornecimento e assentamento de pavê de betão hexagonal, incluindo rejuntamento com areia fina;	m2	185,44	10,00 €	1 854,40€	
1.3.3	Fornecimento e assentamento de cubo de granito (11x11cm), incluindo rejuntamento com pedrisco;	m2	248,12	13,00 €	3 225,56€	
1.3.4	Fornecimento e assentamento de cubo calcário branco (11x11cm), incluindo rejuntamento com pedrisco;	m	89,25	5,50 €	490,88€	
1.3.5	Fornecimento e assentamento de lancil de passeio em betão (150x250x1000) , incluindo abertura e tapamento de cabouco e fundação com (0,30x0,30m) em betão C12/15.	m	77,43	18,50 €	1 432,46€	
						<b>14 978,48 €</b>

Importa este orçamento em catorze mil novecentos e setenta e oito euros e quarenta e oito cêntimos

--	--	--	--	--	--	--



ARQUITECTURA E  
URBANISMO LDA

LOTEAMENTO DOS  
LOBOS  
PROJECTO DE EXECUÇÃO

MAPA DE QUANTIDADES  
MORTÁGUA  
AGOSTO 2018

## MAPA DE QUANTIDADES

		UN	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL	TOTAL CAP
<b>CAP.1</b>	<b>ARRANJOS EXTERIORES</b>					
<b>1.1</b>	<b>ESTALEIRO / TRABALHOS ACESSÓRIOS</b>					
1.1.1	Encargos relativos à montagem e desmontagem do estaleiro, de acordo com a legislação em vigor.	v.g.	1,00			
1.1.2	Adaptação do PSS à obra e implementação, manutenção do plano de segurança e higiene na obra, conforme Dec. Lei n.º 273/03 de 29 de Outubro.	v.g.	1,00			
1.1.3	Fornecimento, montagem e desmontagem de placa identificativa da obra, em PVC, 1,50m de altura e 1,10m de largura, fixa em suporte metálico afastado do chão cerca 1,20m, inscrições a fornecer pela fiscalização, incluindo todos os trabalhos necessários e complementares.	v.g.	1,00			
1.1.4	Ensaio de todas as instalações e equipamentos de todas as especialidades previstas em todos os projectos, incluindo instrução de pessoal.	v.g.	1,00			
1.1.5	Limpeza exaustiva da obra e das zonas circundantes, após a conclusão da obra, de modo a poder ter utilização imediata, pelo Dono de Obra.	v.g.	1,00			
<b>1.2</b>	<b>DEMOLIÇÕES</b>					
1.2.1	Remoção de cubos de granito existente (passeio e em parque de estacionamento), incluindo p/p de limpeza, armazenamento, remoção e carga manual de entulho para camião ou contentor, de acordo com as indicações do dono de obra.	m2	130,21			
1.2.2	Remoção de pavê de betão existente (passeio), incluindo p/p de limpeza, armazenamento, remoção e carga manual de entulho para camião ou contentor, de acordo com as indicações do dono de obra.	m2	112,60			
1.2.3	Remoção de lancis existentes, incluindo p/p de limpeza, armazenamento, remoção e carga manual de entulho para camião ou contentor, de acordo com as indicações do dono de obra.	m	108,44			
1.2.4	Remoção de portões existentes, incluindo p/p de limpeza, armazenamento, remoção e carga manual de entulho para camião ou contentor, de acordo com as indicações do dono de obra.	v.g.	1,00			
1.2.5	Demolição de muro existente com 1,5m de altura média e pilaretes, incluindo p/p de limpeza, armazenamento, remoção e carga manual de entulho para camião ou contentor, de acordo com as indicações do dono de obra.	m	52,63			
1.2.6	Remoção e recolocação de coberto existente, incluindo todos os acessórios e trabalhos necessários para a sua remoção e recolocação na fase final da obra.	v.g.	1,00			
<b>1.3</b>	<b>PAVIMENTOS</b>					
1.3.1	Fornecimento, espalhamento de uma camada de pó de pedra com 7cm de espessura para assentamento de pavê de betão, cubo de granito e cubo calcário branco.	m2	433,56			
1.3.2	Fornecimento e assentamento de pavê de betão hexagonal, incluindo rejuntamento com areia fina.	m2	185,44			
1.3.3	Fornecimento e assentamento de cubo de granito (11x11cm), incluindo rejuntamento com pedrisco.	m2	248,12			
1.3.4	Fornecimento e assentamento de cubo calcário branco (11x11cm), incluindo rejuntamento com pedrisco.	m	89,25			
1.3.5	Fornecimento e assentamento de Lancil de passeio em betão (150x250x1000), incluindo abertura e tapamento de cabouco e fundação com (0,30x0,30m) em betão C12/15.	m	77,43			

# MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

Nome: MANUEL NOGUEIRA

Local: RUA DO BAIRRO NOVO, BARRIL

Assunto: ALTERAÇÃO DE LOTEAMENTO

## I – Descrição e Justificação

A presente memória descritiva e justificativa diz respeito ao projecto de alterações dos lotes 1 e 2, do loteamento com o Alvará nº 27/84, de 04/06/1984, emitido em nome do requerente.

Tendo em conta que o referido loteamento se encontra desatualizado em termos do RJUE, uma vez que não define os limites das áreas de construção, de implantação, localização dos edifícios nem a possibilidade de construção de anexos, optou-se por proceder a uma alteração que contemplasse essas lacunas, criando-se uma planta síntese com a indicação dos requisitos legais actualmente em vigor previstas no Decreto Lei 555/99 de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Lei 136/2014, de 09 de Setembro.

Relativamente ao lote 3, não se apresenta para já qualquer alteração, uma vez que o proprietário se encontra ausente e não tem representante com poderes para intervir no processo.

Esta alteração enquadra-se com o previsto no artigo 27º, do Decreto Lei 555/99, de 16 de Dezembro, com a nova redação que lhe é dada pelo Decreto Lei 136/2014, de 09 de Setembro.

## II – Normas a Acrescentar ao Regulamento

Com a apresentação deste projecto de alterações, o regulamento do loteamento passa a contemplar a possibilidade de construção de edifícios destinados a habitação com as áreas de construção, de implantação, nº de pisos e anexos conforme se indica na planta síntese.

## III – Adequabilidade ao PDM

Em termos de adequabilidade do projecto ao PDM, o previsto nesta alteração enquadra-se com o nº 1.5 do artigo 15º do seu regulamento.

## IV – Descrição dos Lotes

Os três lotes mantêm a mesma área e nos lotes dois e três encontram-se construídas duas moradias, uma em cada lote, cumprindo o previsto no loteamento aprovado.

Lote 1 – possui o edificado existente anterior ao loteamento e que se mantêm, não tendo sido levada a efeito qualquer construção após a aprovação do projecto inicial. Quando houver lugar a qualquer edificação nova, terá que passar a cumprir o agora estipulado, procedendo-se à sua demolição.

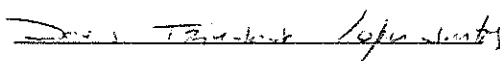
## V – Síntese do Loteamento

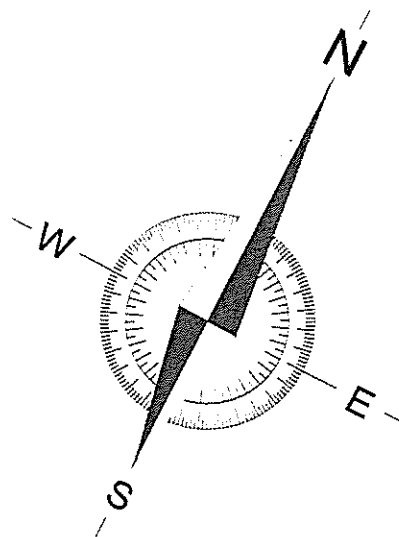
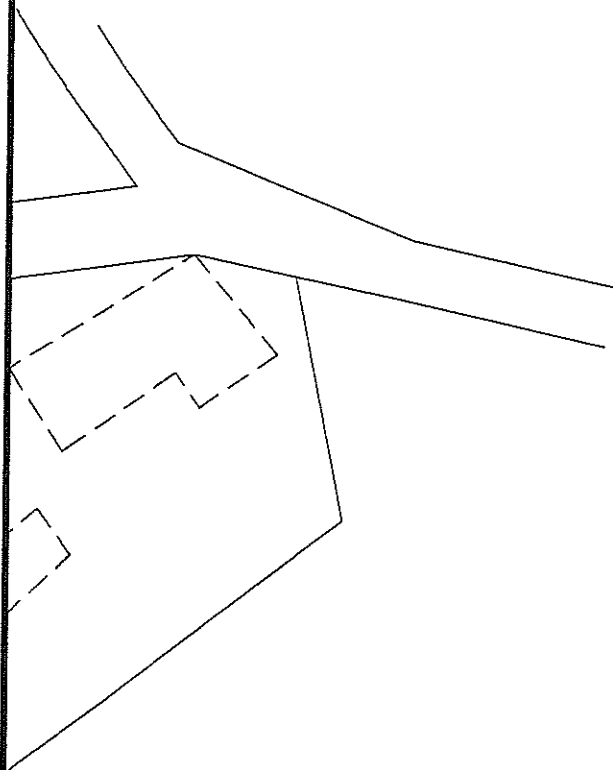
As peças desenhadas contemplam, além do desenho dos lotes, uma planta síntese do loteamento existente e uma outra correspondente aos lotes com as novas normas a propor.

Nesta planta síntese pode observar-se a área de implantação utilizada em cada lote e aquela que é possível vir a utilizar.

Mortágua, 20 de Abril de 2018

O Técnico





## PLANTA SINTESE A PROPOR

Nº DOS LOTES	ÁREA	DESTINO	NUMERO DE PISOS	
			MORADIAS	ANEXOS
LOTE 1	5.585 M2	HABITAÇÃO/ANEXO	2 + CAVE/SÓTÃO	1 PISO
LOTE 2	2.890 M2	HABITAÇÃO/ANEXO	2 + CAVE/SÓTÃO	1 PISO
LOTE 3	1.234 M2	HABITAÇÃO	2 + CAVE/SÓTÃO	

## ÁREAS E AFANTAMENTOS

LOTES	IMPLANTAÇÃO		CONSTRUÇÃO		AFASTAMENTOS
	MORADIAS	ANEXOS	MORADIAS	ANEXOS	
LOTE 1	300,00m2	100,00m2	900,00m2	100,00m2	5.00m á Via, 3.00 laterais e 6.00 ao Tardoz
LOTE 2	235.00m2	100,00m2	705,00m2	100,00m2	5.00m á Via, 3.00 laterais e 6.00 ao Tardoz
LOTE 3	Mantem-se Inalterado				5.00m á Via, 3.00 laterais e 6.00 ao Tardoz



Telf. 231921319 Telem. 963293202

**AMERICO F. SALAZAR**  
Gabinete de Projectos de C. Civil

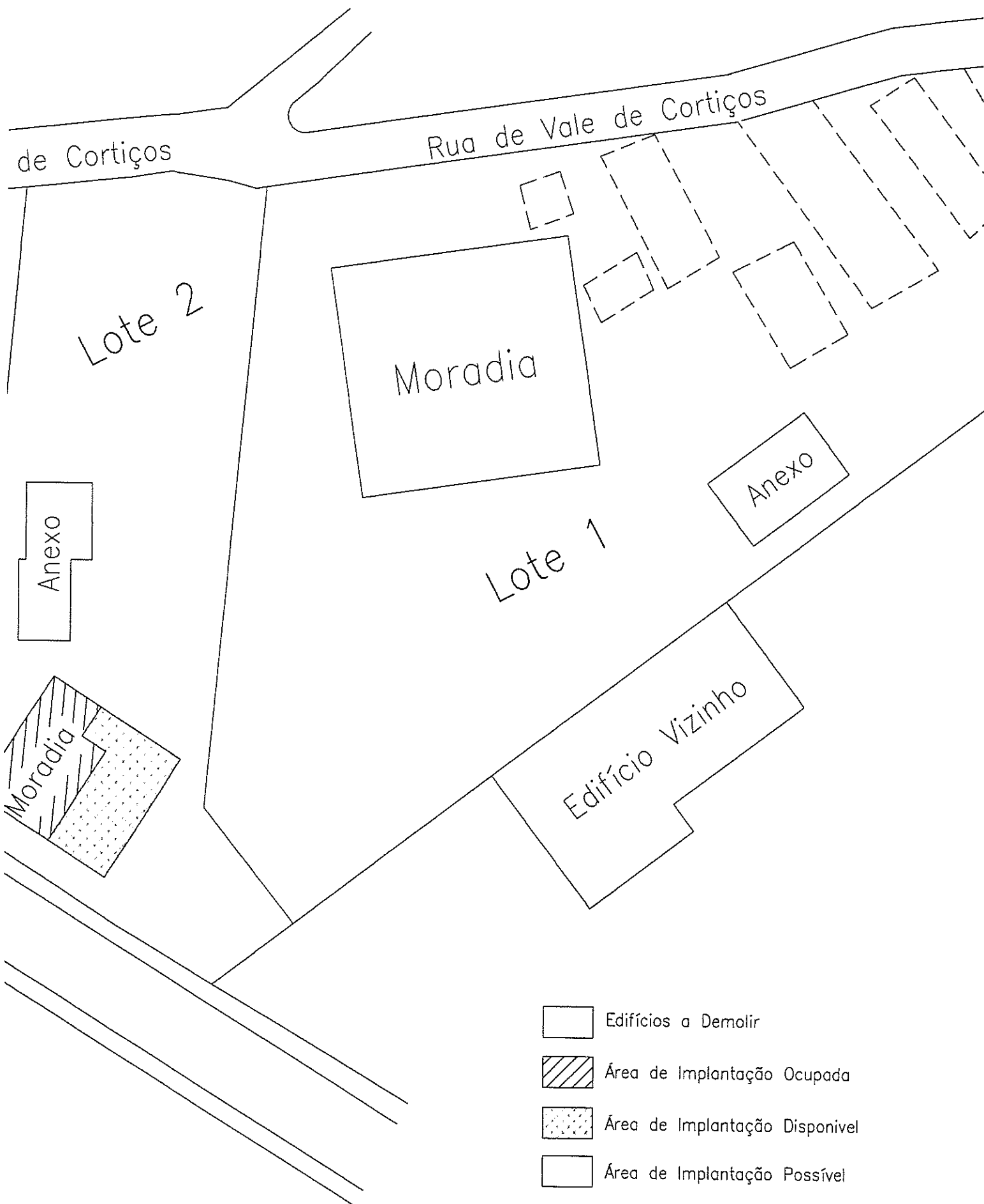
Topografia, Arquitectura e Engenharia

3450 MORTAGUA

Contribuinte 170158250

Nome:	Designacao	Codigo
Manuel Nogueira	Alteração ao Loteamento	
Local:	Alvará Nº 27/84	Escalas
Rua do Bairro Novo, Barril		1/500
Tecnico Colaborador	Situação a Propor	





## MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

1 - A presente memória descritiva e justificativa diz respeito á alteração do loteamento nº 25/84 que Rui Manuel das Neves, pretende levar a efeito no lote nº 4, artigo inscrito na matriz urbana nº 2307 e descrito na Conservatória do Registo Predial sob o nº 68, sito na rua da Gandarada, nº7, na Vila de Mortágua, na União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça.

2 - O requerente acima pretende que sejam aprovadas as seguintes alterações:  
CAVE - ampliação destinada á criação de dois apartamentos T1 e uma garagem/arrumos ( de um só piso, que encosta á extrema do lote 3. A placa de teto nunca poderá ser utilizada para esplanada do estabelecimento comercial que ficará localizado ao nível do r/chão ).

R/CHÃO - alteração de afectação para comércio (estabelecimento de bebidas e pequenas refeições para consumo no local - CAE 56304 ), ou serviços.

1º ANDAR - Andar destinado a um apartamento T3.

3- Quadro Sinóptica:

	alvará loteamento 25/84	Proposto
Área do lote	875.00m <sup>2</sup>	875.00m <sup>2</sup>
Área Implantação do Edifício	262.00m <sup>2</sup>	262.00m <sup>2</sup>
Área Construção do Edifício	525.00m <sup>2</sup>	580.00m <sup>2</sup>
Nº. de pisos	2 + cave ou sótão	2 + cave ou sótão

4 - IMPLANTAÇÃO DO EDIFÍCIO

O edifício será implantado de acordo com a planta de implantação.

Em qualquer omissão desta memória descritiva e justificativa será respeitada a regulamentação em vigor, nomeadamente tendo sempre em conta o Regulamento do Loteamento nº 25/84, Regulamento Municipal e o Regulamento Geral das Edificações Urbanas.

Mortágua, 30 de Julho de 2018

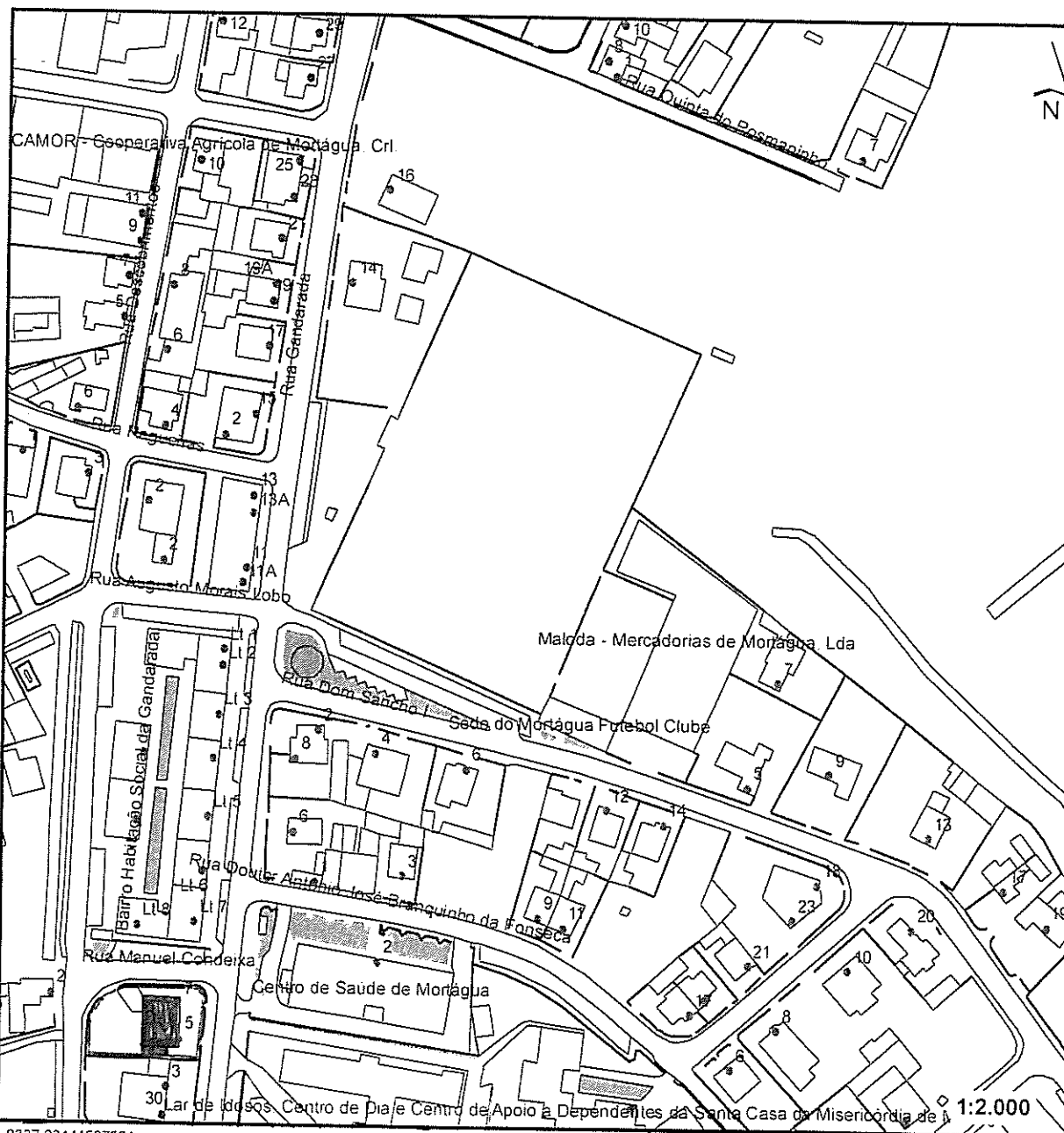
*David Teófilo Lopes Loures*

# MUNICIPIO DE MORTÁGUA

## PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



1816  
12



81175.6236963401

8337 93444507594

REQUERENTE

MORADA

LOCAL DA OBRA

FREGUESIA

Mortágua

CÓDIGO POSTAL

DATA

28-04-2008

REQUERENTE